



CÂMARA DE VEREADORES DE
FARROUPILHA

Rec. em 12/03/2024

Horário: 16h55min. Sandra

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA,**

ILUSTRÍSSIMOS SENHORES VEREADORES,

PARECER JURÍDICO

Objeto: Parecer Jurídico ao Projeto de Lei nº. 02/2024

Autoria: Poder Legislativo Municipal

Ementa: "Fixa o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal de Farroupilha, e dá outras providências".

A Procuradoria da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições, vem, respeitosamente, à presença dos ilustríssimos Srs. Vereadores, apresentar o presente

PARECER

ao **Projeto de Lei nº 02/2024** de autoria da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, pelos fundamentos a seguir expostos:

I - RELATÓRIO

Na data de 22 de fevereiro de 2024, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha apresentou o Projeto de Lei nº. 02/2024, que fixa o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito municipal.

Justificam os proponentes que:

O presente Projeto de Lei vem em cumprimento a Lei Orgânica e ao regimento interno da Câmara de Vereadores.

Os Valores apresentados, permanecem os mesmos aplicados atualmente, e não será permitida alteração dos mesmos para os próximos quatro anos,

"MARCO ZERO, BERÇO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL"

Fone: (54) 3261.1136 - site: www.camarafarroupilha.rs.gov.br

e-mail: camara@camarafarroupilha.rs.gov.br

Rua Júlio de Castilhos, 420 – Centro - Farroupilha – RS – Brasil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

assegurada apenas a revisão geral anual dos servidores municipais, nas mesmas datas e índices.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em apreço, que fixa o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito, tem assento constitucional no artigo 29, inc. V da Constituição Federal que dispõe que o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão "fixados por **lei** de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39 §4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I" (**grifo nosso**).

Dispõe também o artigo 39 §4º da Constituição Federal que:

O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido em qualquer caso, o disposto no art. 37, incisos X e XI.

Na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, o tema vem disciplinado em seu artigo 11, que dispõe:

Art. 11. A remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, em data anterior à realização das eleições para os respectivos cargos, observado o que dispõe a Constituição Federal.

Não obstante, preceitua a Lei Orgânica Municipal que

Art. 30. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, não exigida esta para o determinado no artigo 23, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

XVII – fixa os subsídios de seus membros, do Prefeito, do Vice-Prefeito Municipal e dos Secretários Municipais, para os respectivos cargos, nos termos da legislação pertinente.

"MARCO ZERO, BERÇO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL"

Fone: (54) 3261.1136 - site: www.camarafarroupilha.rs.gov.br

e-mail: camara@camarafarroupilha.rs.gov.br

Rua Júlio de Castilhos, 420 – Centro - Farroupilha – RS – Brasil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

Diante disso, tem-se que preenchidos os requisitos constitucionais e legais para a deflagração da matéria.

Aponta o Projeto de Lei em apreço que o valor do subsídio do **Prefeito Municipal** será de **R\$ 31.324,87** (trinta e um mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos) e, o **Vice-Prefeito** terá subsídio no valor de **R\$ 11.390,85** (onze mil trezentos e noventa Reais e oitenta e cinco centavos).

Nesse contexto, há também de se atentar que para a observância do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 16 e 17, em especial no que tange a apresentação de **estimativa de impacto orçamentário financeiro**. Nesse sentido:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

“MARCO ZERO, BERÇO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL”

Fone: (54) 3261.1136 - site: www.camarafarroupilha.rs.gov.br

e-mail: camara@camarafarroupilha.rs.gov.br

Rua Júlio de Castilhos, 420 – Centro - Farroupilha – RS – Brasil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

- I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;
- II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 17. Considera-se **obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei**, medida provisória ou ato administrativo normativo **que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.**

§ 1º **Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, **o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais** previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, **sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.**

§ 5º A despesa de que trata este artigo **não será executada antes da implementação das medidas** referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. **(grifo nosso)**

Assim, apresentado o impacto orçamentário-financeiro, tem-se por cumpridos os requisitos legais.

No que concerne ao **artigo 4º** da Lei, que prevê o reajustamento automático nas mesmas datas e nos mesmos índices em que os demais servidores do município, há de se salientar que foi reconhecida a repercussão geral da matéria - Tema 1192 - nos autos do Recurso Extraordinário 134400, cujo teor aduz que

“MARCO ZERO, BERÇO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL”

Fone: (54) 3261.1136 - site: www.camarafarroupilha.rs.gov.br

e-mail: camara@camarafarroupilha.rs.gov.br

Rua Júlio de Castilhos, 420 – Centro - Farroupilha – RS – Brasil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

considerando os princípios da moralidade administrativa, da anterioridade da legislatura e da inalterabilidade do subsídio durante o mandato eletivo, entendeu serem **inconstitucionais** as Leis 3.056/2019 e 3.114/2020 do Município de Pontal/SP, que preveem revisão geral anual do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito.

Note-se que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com fundamento na decisão monocrática exarada pelo STF, tem reiterado o entendimento pela inconstitucionalidade da concessão de reposição de perda inflacionária aos subsídios dos agentes políticos municipais no curso da legislatura. Nesse sentido:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Leis nº 753, de 10.05.18 e nº 781, de 15.05.19, ambas do Município de Santa Saete. Dispõem sobre a revisão geral anual do subsídio mensal do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Presidente da Câmara e Vereadores. Não observância à regra da legislatura. Inadmissibilidade. Manifesta afronta aos art. 29, incisos V e VI, art. 37, art. 39, §4º, da Constituição Federal, além dos arts. 111 e 115, incisos XI e XV, e 144, da Constituição Estadual. Precedentes deste Eg. Órgão Especial. Ação procedente, ressalvada a irrepetibilidade. Procedente a ação, com ressalva. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2293930-88.2022.8.26.0000; Relator (a): Evaristo dos Santos; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 21/06/2023; Data de Registro: 23/06/2023)

No mesmo sentido o entendimento adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POPULAR. VEREADORES. REVISÃO GERAL ANUAL DURANTE A MESMA LEGISLATURA. **IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS LOCAIS À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**. ART. 37, XIII, CF. DERAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento, Nº 50464654020218217000, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alexandre Mussoi Moreira, **Julgado em: 24-08-2021) (grifo nosso)**

“MARCO ZERO, BERÇO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL”

Fone: (54) 3261.1136 - site: www.camarafarroupilha.rs.gov.br

e-mail: camara@camarafarroupilha.rs.gov.br

Rua Júlio de Castilhos, 420 – Centro - Farroupilha – RS – Brasil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

Nas palavras do Desembargador Relator:

Encontra-se pacificado no STF o entendimento segundo o qual a remuneração dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador e Secretários Municipais), em face do princípio da moralidade administrativa e em decorrência do que disposto no art. 29, V e VI, da Constituição Federal, deve obedecer às regras da anterioridade da legislatura para sua fixação (art. 37, X e XI), **sendo-lhe vedada a vinculação à remuneração estabelecida em favor dos servidores públicos (art. 37, XIII).**

Assim, na medida em que o artigo 3º da Lei Municipal n.º 6.610, de 31 de março de 2020, assegurou a revisão anual do subsídio dos vereadores, na mesma data, patente a inconstitucionalidade material, tendo em vista a violação da anterioridade exigida pelo artigo 11 da Constituição Estadual e pelo artigo 29, inciso VI, da Magna Carta. **(grifo nosso)**

Diante disso, **imprescindível que o artigo 4º do Projeto de Lei em apreço seja apreciado também por esse Poder Legislativo Municipal.**

No que tange ao cargo de Vice-Prefeito, importante também salientar que consoante entendimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS¹, para que o Vice-Prefeito faça ao jus ao subsídio para ele aprovado, deve necessariamente ter atribuições administrativas de caráter permanente, devendo a remuneração obrigatoriamente servir de contraprestação a uma atividade desempenhada. Nesse sentido:

e) o Vice-Prefeito, caso não desempenhe nenhuma atividade de natureza permanente, não deverá perceber remuneração (que decorre sempre da contraprestação);

f) as atribuições do cargo de Vice-Prefeito deverão estar previstas em lei ou em norma de caráter hierárquico inferior, como assinalado no parágrafo único do artigo 79 da Constituição Federal e no artigo 80, caput, da Constituição do Estado.

¹ Parecer do Tribunal de Contas nº 34/20018 e 3/2012. Fonte: IGAM



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
CASA LEGISLATIVA Dr. LIDOVINO ANTONIO FANTON

Por fim, há de se fazer consignar de que a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 21, inciso II, disciplina ser nulo de pleno direito todo ato que resulte **em aumento de despesa** com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão.

Assim, imprescindível que se **respeite o lapso temporal de 180 dias expresso na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os demais preceitos legais sobre a matéria.**

Diante disso, considerando a inexistência de vício de iniciativa, nada mais resta além de **OPINAR** que o presente Projeto de Lei atende aos requisitos mínimos de validade, podendo ser encaminhado ao Plenário para que os nobres vereadores possam exercer o juízo político-administrativo de adequação e conveniência.

III - CONCLUSÃO

ISSO POSTO, feitas as devidas observações, opina-se pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Poder Legislativo nº. 02/2024 de autoria da Mesa Diretora.

É o parecer, *sub censura*.

À Colenda Câmara de Vereadores para apreciação do presente.

Farroupilha/RS, 12 de março de 2024.


VIVIANE VARELA
OAB/RS 80.218

**Procuradora da Câmara Municipal de
Vereadores de Farroupilha/RS**

